

SESSÕES DO PLENÁRIO

79ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de outubro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Pedro Tavares, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (50)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 23/9/2019.

Do Deputado Jacó Lula da Silva comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 17/9/2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 75^a, 76^a e 77^a, realizadas, respectivamente, em 23, 24 e 25 de setembro de 2019; das sessões especiais: 54^a, 55^a e 56^a, realizadas, respectivamente, em 19 e 23 de setembro de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Pastor Tom, convoco uma sessão extraordinária 10 minutos após o encerramento da sessão especial, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei n^o 23.488/2019, o PPA, bem como os projetos de autoria parlamentar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Pastor Tom, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero dar boa-tarde a todos e cumprimentar os deputados, as deputadas, imprensa, os funcionários presentes e aqueles que estão me assistindo ali do outro lado. Hoje pela manhã eu tive a oportunidade de acompanhar a audiência pública que falou sobre os transportes nos municípios da Bahia. E aí eu vi algumas pessoas falando sobre a regulamentação dos transportes alternativos de passageiros em toda a Bahia.

Eu entendo que nesta Casa a maioria é Governo. E eu vi algumas pessoas pontuando, proclamando ou clamando que viesse a ter êxito o transporte alternativo aqui na Bahia, devido a um decreto do governo federal.

Olha, eu quero dizer que para mim é muito importante o transporte alternativo de passageiros, porque eu sei da dificuldade por que passa o povo dos distritos, que depende do transporte alternativo, aonde o ônibus não consegue chegar. Eu também entendo que esse mesmo transporte alternativo conduz vários alunos das suas cidades para uma cidade maior. Também, esse transporte alternativo conduz pessoas doentes de uma cidade pequena para uma cidade maior para terem seu atendimento. E vejam a importância que tem, por exemplo, em Feira de Santana. Eu vejo que as cidades de São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Berimbau, Muritiba, Serrinha, Coité, Coração de Maria... Eu vejo a necessidade desse transporte naquela região, porque muitos trabalham em Feira de Santana. E, olha, a economia cresce muito no município de Feira de Santana com os transportes alternativos.

Então, eu quero dizer para esta Casa, dizer para todos que estão me assistindo agora que, se esta Casa tiver de aprovar um projeto, não tenha dúvida de que assinarei com muito prazer, porque eu sei da importância que é o transporte alternativo para o município, para os municípios da Bahia, inclusive, para Sebastião do Passé. Olhe que o transporte alternativo é que conduz o povo de Sebastião de Passé para Candeias, de

Sebastião do Passé para Madre de Deus. Olhe a importância que é esse transporte! E hoje a gente vê uma lei dura que vem de encontro ao transporte alternativo.

Então, governador, o senhor que tem a maioria dos deputados aqui nesta Casa, o senhor pode, sim, valorizar, prestigiar, honrar o transporte alternativo de passageiros. O senhor pode, sim, trazer para esta Casa um projeto dando legalidade, e não olhando para as empresas de ônibus. Porque muitas vezes não traz esse projeto para cá porque acha que vai prejudicar os donos de empresa, os burgueses.

Sr. Governador, eu tenho oportunidade de conviver no distrito da Matinha, na cidade de Feira de Santana, onde eu tenho uma humilde casa, e a dificuldade é enorme do ponto de ônibus para as casas. Então esse transporte alternativo é que conduz essas famílias, que muitas vezes vêm com suas feiras. Na maioria das vezes, eles plantam, eles cuidam dos bichos para depois vender, e esse transporte alternativo é que faz a alimentação do povo da Bahia.

Então, eu quero deixar bem claro aqui, eu ouvi atentamente aquela assembleia que teve hoje aqui, pela manhã, na qual participou centenas e centenas de motoristas e proprietários das vans, e quero dizer que foi muito bonito. Agora o governo do estado está com a caneta na mão para regulamentar, para favorecer um transporte que é digno e que merece a honra do Poder Legislativo.

Então está nas suas mãos, governador. E não tenho dúvida de que a comissão que ali estava vai dar o seu melhor para que o governo venha apresentar um projeto aqui...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para regulamentar esse transporte.

Então eu quero concluir minhas palavras e dizer que achei muito bonito. Agora... eu acho que agora tem que tornar realidade, sair do oba-oba, da conversinha bonita, trazer para esta Casa, e regulamentar, e valorizar os transportes alternativos da Bahia. E quero dizer que tem o meu apoio o deputado Robinson, porque eu vi o senhor ali apresentando...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Então, vamos sair da conversa e trazer documento.

Quero concluir minhas palavras, sendo muito regimental, dizendo que posso naquele que me fortalece, que é o rei dos reis, o senhor dos senhores, o leão da tribo de Judá. Oh, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Capitão Alden, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu gostaria de fazer aqui alguns comentários acerca de uma publicação feita pelo site de notícias de nome *Bahia Notícias*, o qual, no dia de hoje, citou um trecho de uma entrevista concedida pelo comandante-geral, que foi cedida à *Rádio A Tarde 103,9 FM*. E o comandante-geral, nessa entrevista, segundo o *Bahia Notícias*, teria feito algumas

afirmações que me chamaram a atenção. Dentre elas, a de que hoje a PM entra em qualquer lugar, que o crime organizado não entra em qualquer lugar e que a PM-BA chega junto e não se intimida.

Sobre esta primeira afirmação, eu tenho a dizer as seguintes questões: qual tem sido o preço destes policiais ao chegar junto, ao enfrentar com destemor o crime organizado? Qual tem sido o preço? Qual tem sido o custo disso? Segundo: qual o apoio que o estado da Bahia tem oferecido aos policiais militares que arriscam a sua vida e a sua integridade física, quando estes se ferem ou mesmo morrem?

Eu vou responder a algumas dessas perguntas. Quanto ao preço: hoje, o policial militar que se envolve em ocorrências policiais e responde a processo criminal, ou mesmo administrativo, não tem direito a advogado. Desde 1981, a Polícia Militar não prevê, em seu estatuto, o acesso à garantia da gratuidade no seu atendimento jurídico. Enquanto o policial militar responder a um processo, ele não pode ser promovido, nem sequer entrar na lista de acesso para ter a oportunidade de ingressar nos cursos de formação ou mesmo de aperfeiçoamento. Mesmo se esse policial for para a reserva, se ele vier a ser condenado, ele perde os proventos da inatividade. Sabemos que o processo criminal pode durar 10, 15 ou mais anos. Então o mesmo policial militar, estando na condição de reserva remunerada, ele, vindo a ser condenado, perde o direito de receber o salário, mesmo estando na reserva remunerada.

Enquanto durar o processo administrativo, esse policial que se envolveu numa ocorrência policial é retirado das ruas, é afastado das atividades, perdendo dinheiro. Ele perde a oportunidade de tirar serviço extra, de ter outros serviços remunerados para complementar a sua renda, porque ele é afastado das ruas.

Quando esse policial se fere em combate, ele fica afastado das atividades para fins de recuperação médica. E, sendo essa recuperação superior a 30 dias, deputado Hilton, ele perde também dinheiro, porque o policial militar que se fere em combate, que é ferido em combate, se ficar afastado por mais de 30 dias, perde o direito ao CET, que é Condição Especial de Trabalho, que é o grosso do nosso recurso financeiro. Ele deixa de receber auxílio-transporte, deixa de receber auxílio-alimentação. No momento em que ele está ferido, no momento em que ele mais precisa se recuperar, se alimentar adequadamente, ele perde o auxílio - alimentação e o auxílio-transporte. Quando o policial morre – olha que coisa interessante – a viúva, simplesmente, segundo a PGE, deixa de receber as suas indenizações e a sua pensão judicial. Hoje tem viúvas que esperam mais de 6 meses para receber a pensão judicial. Isso realmente é um absurdo.

Enquanto o policial estiver preso... imaginem, faz 2 anos que o Batalhão de Choque está em reforma. Nós visitamos o Batalhão de Choque, inclusive a Comissão de Direitos Humanos visitou, e até hoje não tem resposta quanto ao término dos serviços, tem mais de 2 anos, e o policial militar que responde a processo criminal hoje, uma vez denunciado no Ministério Público,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) ele vai simplesmente cumprir a pena onde? No presídio da Mata Escura, junto com outros criminosos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: (...) e outros bandidos.

Então esse é o custo que os policiais militares e os policiais civis pagam simplesmente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Só 15 segundos.

(...) pagam simplesmente por cumprirem o seu dever e o seu papel institucional.

Então fica aqui o meu repúdio quanto a essas afirmações, nós precisamos garantir efetivamente o direito pleno a esses militares...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que honram a sua farda.

Obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marquinho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados, queria agradecer aqui ao nosso deputado Jacó por ter cedido o seu espaço do Pequeno Expediente.

Eu fui surpreendido hoje com uma nota no site *Política Livre*, o atual prefeito da minha querida cidade Barra da Estiva rebatendo uma informação que prestei na semana passada. Ora, a Prefeitura de Barra da Estiva, que é uma prefeitura de destaque naquela região... Lá foi prefeita por duas vezes D. Lúcia, minha mãe, depois, em seguida, o prefeito Adriano, e só agora perdemos as eleições, há 2 anos, quando assumiu o Sr. Prefeito João, mais conhecido como João de Didi, João Machado.

Ele, na incompetência dele e de toda a sua equipe que administra o município... Está lá para todo mundo ver: durante esses 2 anos e 10 meses, ele não teve uma obra sequer para dizer ao povo que está na prefeitura há 2 anos e 10 meses.

Eu informei, através da Caixa Econômica, que me prestou a informação por meio de ofício, que ele tinha na Caixa Econômica, através do MDR, o Ministério de Desenvolvimento Regional, quase R\$ 3 milhões para obras de pavimentação. E ele não conseguiu assinar esses convênios e tampouco executar nenhum deles. Em 28 de dezembro passado, todos os recursos foram devolvidos por falta de competência do prefeito João de Didi e de toda a sua equipe incompetente. Não consegue tirar nenhum recurso que os deputados lhe dão. Aí colocou a matéria no *Política Livre*, alegando que não tirou o recurso porque D. Lúcia, então prefeita na época, minha mãe, deixou a prefeitura toda enrolada.

Olha, depois que minha mãe saiu da prefeitura, D. Lúcia, outro prefeito já assumiu, que é o Sr. Adriano, e lá assinou diversos convênios. Então, há inadimplência para o atual prefeito, mas para o prefeito que saiu há 4 anos não tinha inadimplência alguma. Prova mais uma vez que ele é incompetente, ele e toda a sua equipe, não sabendo ele que, para qualquer convênio que seja rejeitado, bastaria entrar com uma

pequena denúncia de duas páginas, protocolar apenas na comarca de Barra da Estiva e levar uma cópia para o ministério. Em 48 horas, 72 horas, o município ficaria limpo para assinar mais um convênio.

Ele se reportou aqui a um convênio que foi assinado em 2009 para a Festa do Café, que foi feita pelo Ministério do Turismo, no valor de R\$ 150 mil. Esse processo se encontra, sim, no TCU, está no TCU, não foi julgado ainda, o Ministério Público Federal já emitiu parecer pelo arquivamento do processo. E eu vou prestar mais uma informação a ele e a toda a sua equipe, porque ele não sabe: qualquer convênio que esteja em prestação de contas, tomada de contas especial, este convênio, automaticamente... o município fica livre para assinar qualquer convênio, e a culpa passa para o gestor. Isso nem a sua assessoria sabe dizer. Então demonstra, mais uma vez, que é incompetente, não sabe conduzir.

Agora manda uma nota alegando que a ex-prefeita, D. Lúcia, o impediu de assinar os convênios e tirar o recurso. Olha, D. Lúcia foi prefeita por 8 anos e saiu com a popularidade de 81% de aprovação. Isso demonstra a capacidade da gestora da época. Naquela época, eu era vereador em minha cidade, foi por isso, foi a administração dela que me projetou e projetou o meu mandato de vereador para que eu fosse deputado estadual aqui. Fui vereador em minha cidade por quatro legislaturas, duas legislaturas na Oposição e só duas na Situação.

Então eu queria aqui desafiar esse atual prefeito, que tem 2 anos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e 9 meses à frente daquele município e sequer conseguiu algo. Aí fica alegando que o deputado não leva nada para o município. Todos os sistemas de água, dos mais de 30 nos municípios, fomos nós que conseguimos; pavimentação do bairro Alto México, foi emenda minha; estão construindo a rodoviária, emenda do deputado José Rocha, na época nossa; construção da pavimentação no bairro São Félix, emenda de Zé Rocha, está lá pronta; a praça...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) em frente ao Colégio Senado, emenda do ex-senador...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, Sr. Deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Para concluir.

(...) emenda do ex-senador na época, César Borges; a praça que foi concluída recentemente, emenda do deputado José Rocha; diversos sistemas de água no município, mais de 30 sistemas de água, emenda do deputado Marquinho Viana.

Então não faz nada?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, Sr. Deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Para concluir, nobre presidente.

(...) Eu queria dizer que esse prefeito deveria tomar vergonha na cara, e trabalhar, e honrar os votos que teve. Mas no ano que vem, 2020, o nome nosso vai estar nas urnas lá, o de D. Lúcia,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA: (...) para desbancar aquele grupo incompetente! Obrigado, presidente, pelo tempo que ultrapassou os 5 minutos.
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, jornalistas e servidores desta Casa, inicialmente eu quero aqui registrar e saudar o município de Camaçari pela passagem dos seus 161 anos. Eu estive lá nas comemorações, nesse final de semana, também estive na cidade de Santo Antônio de Jesus, assumindo compromissos com obras de pavimentação para encaminhar ao governo do estado da Bahia. Infelizmente o nosso povo ainda vive uma situação muito difícil em relação a saneamento básico, às condições dignas de existência. Eu sei que o governador Rui Costa tem trabalhado diuturnamente, mas nós temos que garantir, de fato, o acompanhamento através dos nossos mandatos, a escuta da população para a garantia do atendimento, garantir, inclusive, emendas parlamentares sejam dos nossos mandatos, ou dos mandatos federais, para ir ao encontro das principais necessidades de moradia, de existência da população que mais precisa.

Quero agora passar para o segundo ponto que considero muito importante, que é saudar o reitor João Salles, que hoje está à frente da Andifes, que vem liderando uma luta, uma articulação dos reitores no Brasil inteiro em defesa dos direitos das universidades, da liberação dos recursos para o financiamento das atividades acadêmicas.

Ontem o MEC liberou R\$ 1,2 bilhão, entretanto nós temos o entendimento de que é ainda muito insuficiente dada a profunda carência que as universidades hoje vivenciam. Situação de grave dificuldade, de cortes de atividades que são essenciais para a formação dos seus estudantes, para a formação dos seus professores. Cortes de bolsas de pesquisas. Deputado Robinson, nós que saímos da Universidade Federal da Bahia, fomos estudantes contemporâneos, de movimento estudantil, abrimos esta Casa, trouxemos, fizemos o bom debate aqui na Assembleia, participamos de diversas manifestações de rua. E hoje percebemos o quanto tem sido importante a mobilização para emparedar, de fato, essa gestão do MEC, para que o MEC abra o cofre, libere o dinheiro que é do povo brasileiro, é da juventude e tem que garantir, de fato, esses investimentos na educação, deputado Hilton.

É preciso destacar que nós já estamos chegando a outubro, já estamos caminhando para o final do ano. A universidade nunca sofreu tanto quanto agora. É uma situação de penúria, de as pessoas ficarem em sala de aula sem ter condições de prestar atenção na aula, porque o ar condicionado está desligado, faltando energia, faltando, enfim, a estrutura necessária para a garantia do bom ensino, da qualidade do ensino em nossas instituições universitárias.

Quero dizer que a luta do movimento estudantil, a luta da juventude negra, que luta contra essa política em massa de encarceramento, resultou na conquista das cotas. Hoje, nós temos uma mudança de paisagem nas universidades federais, nas

universidades públicas com a participação maior da população negra, de jovens negros e essa conquista não pode ir para o ralo.

Nós não podemos admitir esse plano nefasto do governo federal que é de privatização...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) das universidades. Eles estão asfixiando as universidades públicas, presidenta, finalizando, para justificar a sua privatização, impor o Future-se e a grande maioria dos reitores já se pronunciou contra esse projeto nefasto.

Portanto, dia 3 estaremos nas ruas...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) fazendo mais uma manifestação em todo o país...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e a Bahia é parte dessa luta em defesa da liberação total dos recursos e da dignidade das universidades públicas em nosso país.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde a todos os deputados e deputadas, à imprensa que nos acompanha e também à população que acompanha a transmissão da nossa *TV ALBA*.

Primeiro, quero também marcar aqui o nosso total apoio e satisfação em ver a nova condução da Andifes, por parte do nosso João Salles, alguém que se notabilizou por vanguardar um processo de afirmação da Bahia como território da resistência, também em relação às universidades federais. E esse posicionamento, essa eleição tão representativa do nosso reitor João Salles para conduzir a Andifes, muito nos orgulha e nos reforça na luta em defesa da universidade que amanhã também terá um ato, uma assembleia/ato, acontecendo nas dependências de sua reitoria. Então, queremos nos congratular e dizer que estamos juntos nessa luta com a nova condução da Andifes, por parte do nosso reitor João Salles.

E por falar em educação, nós temos uma pauta ampla aqui. Quero dizer que nós tivemos um encontro, pela manhã, com o secretário Jerônimo e toda a equipe. Foi uma reunião da Comissão de Educação, realizada na Secretaria de Educação, para discutir centralmente a proposta da administração das escolas pelas OSs. E ficou muito evidente, ao nosso ver, como esse processo tem sido um processo antidemocrático, porque não há qualquer envolvimento da comunidade, dos profissionais no processo de debate em relação a uma situação que vai mudar a realidade das escolas do ponto de vista do público, ao nosso ver há um esmagamento do interesse público, dada a trajetória do significado dessas organizações sociais na vida institucional brasileira.

Nós temos o exemplo aqui da Saúde, tantos escândalos na área da Saúde, tanta negação de direito para a população, nas diversas esferas do governo, na esfera federal, na esfera estadual e aqui no município, também. Mais recentemente os escândalos envolvendo as OSs na área de Saúde não credenciam essas empresas, que são verdadeiras empresas a administrar também as nossas instituições de ensino. O projeto do governo prevê, inclusive, a contratação de professores, profissionais que vão estar na sala de aula com argumento de que seriam temporários, mas nós estamos vendo aí o que são os trabalhadores temporários na área da educação, na verdade eles se tornam permanentes e generalizados.

Então, nós queremos marcar nosso posicionamento veemente contra essa posição da Secretaria de Educação, que é nitidamente uma posição privatista. Tiramos a posição na Comissão de Educação de realizar a audiência pública, ao meu ver, *a posteriori*, do momento definição, porque o governador já marcou o momento em que 120 escolas terão o edital lançado para serem administradas por OS, e é dia 10 de outubro. Portanto, para nós seria necessário realizar uma audiência pública antes, para envolver amplamente a comunidade no debate. Como isso não vai acontecer, porque a comissão tomou uma posição de fazer a *posteriori*, nós vamos chamar num debate sem caráter de audiência pública, mas um debate público para fazer a discussão do tema.

E não poderia deixar também, Sr.^a Presidenta, de me pronunciar em relação ao comportamento do prefeito ACM Neto em relação à educação no município. Os professores, as educadoras e educadores do município estão tendo seus salários sequestrados pelo governo municipal. É algo inconcebível, pessoas que perderam a metade da remuneração neste mês, sob o argumento ilegal, inclusive um argumento que, para mim, configura um crime contra o direito dos trabalhadores, de que esses profissionais não teriam respondido ao preenchimento de um sistema que foi empurrado goela baixo por essa prefeitura. Argumento que não teria...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) se tivesse alguma relação com a prática, nenhuma validade, nenhum amparo na lei. Portanto, sendo um crime contra a categoria.

No entanto muitos profissionais que não têm nenhuma relação com o preenchimento desse sistema, haja vista que profissionais que estão aposentados inclusive e que são trabalhadores de creche, estão tendo seus salários cortados. Então o secretário precisa vir a público responder o que é esse absurdo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

E amanhã, nós teremos uma assembleia da rede municipal de ensino, com a perspectiva inclusive de paralisação das atividades em função da perda da sua remuneração de maneira arbitrária e generalizada...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) na rede municipal.

Muito obrigado, Sr.^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Samuel Junior pelo tempo de até 5 minutos.

Deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr.^a Presidente, demais colegas, pessoal da imprensa, meus colegas deputados, primeiro, subo aqui a esta tribuna para agradecer à Casa e aos colegas que se fizeram presentes, a exemplo do Líder Rosenberg, que, na última quinta-feira, nós realizamos uma sessão especial aqui em comemoração aos 100 anos da Igreja Assembleia de Deus, igreja da qual eu faço parte. Tivemos uma sessão aqui muito bonita, com a participação ativa de vários pastores vindos de todo o estado da Bahia, e tiveram alguns colegas que nos prestigiaram. Eu agradeço a todos eles, a exemplo também do nosso presidente, deputado Nelson Leal.

E convidar, reforçar o convite aos colegas deputados, que amanhã, nós estaremos realizando uma sessão especial em comemoração aos 170 anos da Banda de Música da Polícia Militar, do maestro Wanderley. E exatamente amanhã a gente vai comemorar, a partir das 9:30h, uma sessão especial. E teremos aqui a presença, além da banda de música que será homenageada, mais vários oficiais, o comandante-geral, onde estaremos fazendo essa sessão especial.

Quero parabenizar também o companheiro deputado Robinson, que hoje, pela manhã, fez uma sessão especial, uma audiência pública com as pessoas que fazem transporte alternativo. E teve, assim, uma grande participação, talvez, deputado Robinson, a audiência pública que teve o maior número de participantes. E parabenizo aí a sua organização, juntamente com o deputado Pedro Tavares também, que estava ali presidente da comissão. E eles reivindicando junto com a Agerba. E o bom foi que veio o representante da Agerba, estava o representante da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar. E é bom quando a gente abre as portas desta Casa para essas discussões. E aí, deputado Robson, me coloco, também, à disposição desta causa, porque também, assim que completei 18 anos, na época morava em Valença, fiz também o transporte alternativo e eu sei a dor e a dificuldade que eles passam. Mas também sei que, às vezes, os órgãos de regulamentação, e também a própria polícia, precisam, também, fazer a sua parte. Mas me coloco à disposição, também, para que a gente possa estar ajudando e auxiliando.

Hoje, dia 1º de outubro, também se comemora o Dia do Idoso. E eu que tenho minha mãe já com 70 anos e, aqui, a gente tem alguns colegas que já são idosos, a gente precisa ter um olhar mais especial para a terceira idade. E hoje, exatamente, 1º de outubro, se comemora essa data do Dia do Idoso. Mas hoje também se inicia o Outubro Rosa. E estou vendo ali que a presidente já está de rosa em homenagem, e seria bom, também, que a gente, hoje, estivesse todo de rosa para fazer esse grande alerta desse mal que sofre todas as mulheres...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pelo menos a gravata, não é, deputado?

O Sr. SAMUEL JUNIOR: A gravata, né? Mas, amanhã, eu venho com a gravata rosa, viu, presidente!

Mas fazer o alerta sobre esse assunto. E é muito bom... Mas o nosso fotógrafo ali está de camisa rosa, ele está homenageando as mulheres. E é bom que a gente, durante todo este mês, dê ênfase aqui, na Assembleia Legislativa, sobre esse problema. E aí é importante quando tem... Exatamente hoje nós já inauguramos a nossa 13ª UPA, Marcelino Galo, que, exatamente, tem ajudado muito nessa prevenção. Porque o bom é quando ela consegue descobrir com bastante antecedência esse problema e a gente consegue resolver.

Então, durante todo este mês de outubro é o Outubro Rosa, não é? Então, fica aí só a minha colocação. E, amanhã, aguardo aqui os colegas para que a gente possa estar homenageando a banda de música da Polícia Militar.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputada Maria del Carmen, nobres deputados e deputadas, senhores da imprensa, servidores, eu gostaria que fosse transcrita nos Anais desta Casa a carta ao povo brasileiro do presidente Lula, um documento histórico onde ele diz: (Lê) *“Ao povo brasileiro, não troco minha dignidade pela minha liberdade. Tudo o que os procuradores da Lava Jato realmente deveriam fazer é pedir desculpas ao povo brasileiro, aos milhões de desempregados e à minha família, pelo mal que fizeram à democracia, à Justiça e ao País. Quero que saibam que não aceito barganhar meus direitos e minha liberdade. Já demonstrei que são falsas as acusações que me fizeram. São eles e não eu que estão presos às mentiras que contaram ao Brasil e ao mundo.*

Diante das arbitrariedades cometidas pelos procuradores e por Sérgio Moro, cabe agora a Suprema Corte corrigir o que está errado, para que haja Justiça independente e imparcial. Como é devido a todo cidadão.

Tenho plena consciência das decisões que tomei nesse processo e não descansarei enquanto a verdade e a Justiça não voltarem a prevalecer.

Curitiba, 30/09/2019.

Luiz Inácio Lula da Silva.”

Então, essa é uma peça que historicamente – poderíamos dizer – se equivale à Carta Testamento do presidente Getúlio Vargas, que foi obrigado a dar um tiro no peito para evitar um golpe militar, um golpe contra a democracia naquele período.

E, hoje, essa grande liderança popular vem com toda essa força de dentro do cárcere, e, dali, ele dirige a cena política brasileira. Não tem especialista, não tem nenhum cientista, não tem nenhum militante político que faça qualquer análise de conjuntura que possa deixar de fora o que orienta, o que fala e o embate! Esse embate que o gigante faz de forma, ali, solitária na sua cela, mas com a participação de milhares de brasileiros que querem a democracia de volta.

Então, o presidente Lula, com muita dignidade, diz que o que ele quer é a demonstração clara, é provar a sua inocência. Ele, hoje, é um preso político que, ali, está pela operação mais fraudulenta feita através de um conluio no sistema de justiça com parte do Ministério Público, com parte do Poder Judiciário, com a cobertura da mídia criminosa deste país para tirar das eleições aquele que, hoje, seria, de forma concreta e real, o presidente deste país.

Então, ele, com certeza, mesmo ali, é um homem bem informado, que compreende a necessidade de dialogar, que construiu a democracia de forma inclusiva, dialogando com a população pobre, com a classe trabalhadora, com parte do empresariado que desejava construir um projeto de Nação e que foi...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) retirado dessa competição eleitoral e foi preso...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) para favorecer a uma parte da elite que, hoje, acaba, destrói contra este país.

Então, eu quero que seja transcrita, para os Anais desta Casa, esta peça histórica, que é a carta do presidente Lula ao povo brasileiro.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Lula Livre!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido na sua solicitação.

Solicito às taquígrafas incluir a carta ao povo brasileiro do presidente Lula aos Anais desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr.^a Presidente, demais deputados presentes, vim agora e ouvi as palavras do deputado Marcelino Galo sobre uma perseguição jurídica do governo e do Poder Judiciário em cima do presidente Lula.

Aqui na Bahia, infelizmente, a ditadura é muito pior do que se imagina. O governo do estado, ao invés de dialogar com a categoria da Polícia Militar, usa os seus entes estatais para perseguir os adversários políticos, querendo fazer de uma luta de categoria uma luta política, utilizando, inclusive, os Ministérios Públicos Federal e estadual, as suas polícias de investigação, para perseguir adversários políticos. Não se quer dialogar e se fica só reprimindo a categoria, achando que, com isso, vai nos intimidar.

Pois, dia 8 de outubro, às 15h, a nossa categoria vai realizar uma assembleia geral. Estamos aguardando até lá, fazer aquilo que o governador deveria fazer, que é dialogar com essa categoria. Já que ele não quer dialogar, até o dia 8, ele tem esse prazo para que a gente possa dialogar com ele. Esperamos que, assim, ele faça. Se ele for,

realmente, democrático, porque o que a gente tem visto é uma perseguição, investigação no Draco, delegada perseguindo, processo que já se encerrou e eles estão retornando atrás desse processo para tentar calar a nossa voz. Não vão conseguir calar! Não vamos nos intimidar! A nossa é uma luta justa! Não estamos cometendo crime nenhum!

Já são quatro policiais – encerrou ontem o mês de setembro – que se suicidaram no mês de setembro! Quatro! No ano, já são nove policiais militares que retiraram suas vidas! O sistema tem nos esmagado, nos destruído. O sistema tem feito com que os policiais tirem as suas próprias vidas.

Vejo, aqui, discursos muito bonitos falando da perseguição do lado de lá! Mas, aqui, é muito pior! Este governo vem agindo de forma ditatorial! Não quer dialogar com a categoria! Foi ele próprio quem assinou o acordo de uma pauta e não cumpriu.

Mas nós vamos dialogar, sim, com a categoria no dia 8. Faço um pedido a todos eles: policiais militares, bombeiros, seus familiares, no dia 8, compareçam à nossa assembleia para mostrar a nossa força de forma pacífica e ordeira, cobrando aquilo que é direito nosso, pois crime algum nós estamos cometendo.

Quero deixar o alerta nesta Casa Legislativa, que fique também nos Anais, porque, no dia de hoje, mais uma vez, nós estamos tentando o diálogo e não estamos conseguindo. Não venha depois o governador, com toda a sua estrutura... A Bahia é a terra da província, onde o PT faz o que quer! Infelizmente, há uma mídia da qual uma parte é tão corrupta quanto o governo, pois não dialoga e não mostra a verdade para a sociedade. Mas nós não vamos nos desestimular!

Espero todos os policiais da capital e do interior no dia 8, para realizar a nossa assembleia e fazer a nossa luta.

Tenho certeza de que esses companheiros, que perderam suas vidas, que não foram para a luta, que não foram para o embate, não será com mais nenhum deles dessa forma. Não façam isso que esses companheiros fizeram infelizmente. Não desistam da luta, porque foi dessa luta que este governo surgiu. E, hoje, simplesmente, está criminalizando os movimentos sociais, a nossa associação e a nossa luta.

Mas a nossa luta prevalecerá no dia 8. Vamos provar para todos na Bahia que o que nós queremos é, apenas, dialogar. Não queremos nada mais do que isso! Mas, infelizmente, o governo não busca isso. Mas a justiça e a liberdade vão raiar no dia 8 de outubro, às 15h.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia pelo tempo de 5 minutos.

Em realidade, deputado José de Arimateia, 4 minutos que restam.

O deputado José de Arimateia não está? 4 minutos, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu estava ali na sala, mas tive que correr para chegar aqui. Mas, Sr.^a Presidente, eu gostaria de

registrar que hoje é o dia 1º de outubro, hoje é o Dia do Idoso. O Dia do Idoso é mais um dia, aliás, mais um ano que passa, mais uma data importante a ser comemorada, mas o Fundo Estadual do Idoso ainda continua pendente.

Eu não sei quando é que o governador Rui Costa vai olhar com carinho para os idosos da Bahia, porque dos municípios da Bahia, que são 417, não chega a 10% onde o Conselho Municipal do Idoso está funcionando. Em alguns deles não foram nem implantados, deputado, o conselho municipal. Aí o prefeito quando é cobrado pelos vereadores para aplicar as políticas públicas para os idosos, diz que não tem recurso.

Como é que pode conseguir recurso para esta causa se, primeiro, o conselho não foi formado no município; segundo, nos municípios que têm o conselho não foi criado o fundo municipal. Aí a gente chega a nível de estado, a Bahia ainda continua, entra governo e sai governo com essa pendência. Desde o governo Wagner, os dois mandatos de Wagner, o primeiro mandato de Rui e agora o segundo mandato de Rui.

O fundo estadual do idoso não está funcionando, está perdendo milhões, milhões que poderiam ser investidos no hospital público para os idosos com esses recursos, em que poderiam ser implantadas as políticas, centro de convivência, a saúde do idoso, a valorização da vida profissional, tudo isso, Sr.^a Presidente.

Então mais uma vez eu venho aqui. Nós estamos fazendo a nossa parte como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Idosos, nós estamos com uma programação de atividades lá no Shopping Barra, aliás, lá no... deixa eu falar aqui o endereço direitinho...

Nós estamos na Semana do Idoso Empoderado onde estamos ali no shopping... agora passou, no shopping...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo deputado.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) para concluir. Nós estamos, Sr.^a Presidente, nessa luta dessa campanha para mostrar para as autoridades a importância e o empoderamento dos idosos.

Então aqui, mais uma vez, eu quero registrar que hoje é um dia importante para os idosos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) mas é um dia que não é valorizado pelo governador do estado, Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tendo em vista o acordo celebrado entre as lideranças desta Casa, transformo esta sessão ordinária em...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olha bem, a gente combinou aqui, uma vez que nós estamos aguardando o secretário Walter Pinheiro chegar, para que a senhora pudesse chamar o próximo orador para dar tempo até que ele chegue.

(Pausa)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então, passo a palavra ao deputado Alex da Piatã pelo tempo de até 5 minutos, seguindo aqui a listagem já previamente aprovada. Aprovada não, indicada.

Não estando o deputado Alex da Piatã, passo a palavra ao deputado Eduardo Alencar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, caros amigos deputados que estavam aqui conosco. É um prazer estar aqui nesta tribuna. Hoje, pela manhã, nós participamos da Comissão de Saúde, onde conseguimos aprovar a data para as cirurgias dos joelhos. Nessa audiência pública vamos convocar o secretário de Saúde e a sua equipe para que ele traga aqui os responsáveis pela área, porque não podemos mais esperar numa fila de mais de mil pessoas para fazer a cirurgia do joelho.

Não só o estado, mas a prefeitura de Salvador, que tem também a responsabilidade de cuidar dos munícipes da nossa querida Salvador. Isso não está sendo feito. E isso está acumulando e trazendo um transtorno muito grande para as pessoas que necessitam e que precisam dessa cirurgia. Para você ter uma ideia, nós temos hoje pacientes jovens, com 30 anos, 35 anos, encostados no INSS, recebendo dinheiro do governo do estado, muitas vezes do governo federal, que poderiam estar em plena atividade, exercendo a sua profissão, mas sem condição nenhuma de trabalhar porque não conseguem se locomover.

E a cirurgia traz um conforto muito grande para essas pessoas. Traz o conforto de uma vida útil, uma vida saudável, sem dor, reintegrando-as totalmente à sociedade. E essa audiência pública vai nos trazer o motivo pelo qual hoje o paciente não consegue ser operado nem fazer a cirurgia do joelho. Deputado Targino, nós temos hoje uma fila de mais de mil pessoas. Não é só o estado, é o estado e a prefeitura de Salvador, que tem também o mesmo problema. As cirurgias são lentas e isso traz um transtorno muito grande.

Então a audiência vai ser neste mês, dia 15 do mês de outubro, para esclarecer e convocar as pessoas responsáveis pelo setor para termos uma orientação de como proceder com os pacientes. Meu gabinete está cheio de pessoas solicitando, reivindicando esse tratamento.

Ao mesmo tempo, hoje pela manhã estive com o deputado Robinson Almeida, participamos de uma audiência pública sobre o uso do transporte alternativo. Quero parabenizá-lo, deputado, pela condução, como conduziu os trabalhos. Uma coisa importante, que é uma realidade hoje: o transporte alternativo é definitivo, é irreversível, é de extrema utilidade, é de extrema importância para a economia da nossa Bahia e tenho certeza do Brasil.

Essa audiência pública hoje vai nos dar a oportunidade de nós deputados assentarmos com a Comissão de Justiça, fazer uma lei que definitivamente traga para

as pessoas o conforto e traga a legalidade do transporte alternativo. Eu, como deputado e ex-prefeito da cidade de Simões Filho, vivi e convivi muito tempo com essa situação, e a lei estadual não tem condição nenhuma de dar estabilidade, de dar tranquilidade, paz a essas pessoas que hoje usam e que fazem o transporte clandestino, que é chamado de clandestino.

Então, meu querido Robinson, dessa audiência de hoje espero que saia uma solução e que reunidos, uma comissão possa convidar o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os órgãos interessados representando a Agerba, o governo do estado de um modo geral, para que possamos achar uma saída definitiva para o transporte alternativo, o transporte complementar.

Todos nós sabemos que sem ele, sem ele, sem o transporte alternativo...

(A Sr. Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) essa Bahia simplesmente vai ser o caos se parar definitivamente o transporte.

Então a todos nós deputados...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: (...) temos que ter como prioridade essa audiência pública de hoje e trazer tranquilidade e paz para aquelas pessoas que vivem, sobrevivem e fornecem um atendimento de qualidade aos seus usuários.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de 5 minutos. Deputado Jacó!

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados, deputadas, turma da tribuna, TV ALBA, imprensa, pessoal do cafezinho, seguranças, o que me traz aqui hoje, gente, inicialmente eu queria pedir para inserir nos Anais desta Casa, a cópia, a publicação do livro do ex-procurador-geral da República, o Sr. Rodrigo Janot, no qual ele desnuda, deputado Robinson e deputado Targino, mais uma vez, o golpe que foi feito neste país, a atuação parcial, criminosa, política, dessa Ocrim chamada Lava Jato.

E há um trecho aqui, em que o Dallagnol e o Sr. Paludo, em setembro de 2016, procuram o procurador-geral da República e o pressionam para que ele possa fazer uma denúncia contra o presidente Lula para ajudar a sustentar as denúncias que eles fizeram contra o presidente Lula, de organização criminosa.

Isso é uma vergonha, e este país não pode conviver com esse tipo de justiça parcial e criminosa. E Dallagnol com Sérgio Moro precisam imediatamente ir para a cadeia, que é o lugar de criminosos.

Queria também saudar o meu governador Rui Costa, porque eu estive com ele ontem, em Porto Seguro, onde ele inaugurou lá o anel viário e várias obras importantes naquele município.

E eu queria aqui saudar os meus amigos Everaldo, do PT; Cacique Fredy; Cacique Cinaldo; Juary; Ciratran; Cacica Janete; Cacica Candara; a APLB Sindicato;

o Sidney; o QSL; o Estéfano; os meninos da lotação; o Manuel do PT; queria saudar todos eles e agradecer em nome deles todo o apoio que eu tive aí nessa terra. E queria saudá-los também, deputado Robinson, porque essa turma é do transporte alternativo, uma boa parte dela.

E eu gostaria de parabenizá-lo pela excelente audiência pública que foi realizada hoje para debater esse tema de extrema relevância para a Bahia e para o Brasil, porque nós sabemos que quem vai pagar o pato com a criminalização dos pais e mães de família que conduzem o transporte alternativo são os pequenos municípios que vão ficar, mais uma vez, inviabilizados na sua mobilidade. É um crime essa MP, é um crime essa lei, e nós nos solidarizamos com todo o transporte alternativo da Bahia e do Brasil.

Gostaria também de saudar aqui o secretário Jerônimo Rodrigues pelo trabalho que tem feito à frente da Secretaria da Educação do estado da Bahia, procurando melhorar a qualidade do nosso ensino, procurando avançar com os indicadores da educação básica do nosso estado.

Uma educação que sofre ou passa por um sistema de avaliação da educação básica anual e que nessa avaliação é vista a proficiência, é vista a reprovação dos alunos e também é vista a evasão escolar. E o secretário Jerônimo está atento, fazendo todo o esforço junto com o nosso governador Rui Costa, no sentido de melhorar a proeminência do nosso ensino, de diminuir sobremaneira a reprovação e também acabar com a evasão escolar.

Eu queria saudar Sr. Secretário Jerônimo e o Governador Rui Costa e dizer que neste ano já foram feitas cinco provas com os alunos do terceiro ano da rede pública. E essas provas são exatamente para preparar os nossos alunos para essa prova do Sistema de Avaliação de Educação Básica, que é a Saeb, que é uma prova nacional. E ele, através da secretaria, implementou essas provas. Estão preparando os alunos e é importante destacar que a primeira avaliação foi feita, os educadores corrigiram essas provas, viram quais foram as deficiências e recomendaram às escolas trabalhar os temas em que os alunos tivessem com deficiência, para que eles pudessem avançar.

E isso prova após prova, avaliação após avaliação, com certeza nós vamos ter uma prova este...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ano da Saeb com os indicadores aqui do nosso estado já dando um salto de qualidade.

E eu gostaria de saudar o secretário e toda a sua equipe pelo empenho, pela luta, pela dedicação. Queria saudar todos os profissionais de educação, do porteiro ao professor, por compreender a importância da educação pública para transformar o nosso estado. E eu queria parabenizar, mais uma vez, o nosso governador Rui “Correria” pelo seu compromisso com o povo da Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas, em especial, pela educação do nosso estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinson Almeida pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, Srs. Deputados aqui presentes, amigos que estão na tribuna de imprensa, os que nos acompanham no plenário, quero aqui, hoje, registrar a grande audiência pública realizada nesta Casa para discutirmos os temas que têm causado maior preocupação nos municípios baianos, envolvendo os prefeitos, envolvendo os trabalhadores do sistema de transporte complementar por Van e por Topic e envolvendo também toda a população usuária desse serviço público de transporte.

Todos nós sabemos que esta Casa fez uma lei em 2009 para proteger e regulamentar o funcionamento dessa atividade. Essa lei, depois, foi contestada na Justiça, e foi acatada a tese de que ela continha vícios de inconstitucionalidade. A partir desse momento, caiu a regulamentação, e foi necessário que fosse firmado um Termo de Ajuste e Conduta, um TAC, no ano de 2015, para poder dar sequência às licitações, para que os operadores do sistema tivessem a permissão do poder público estadual.

Agora o presidente Bolsonaro sancionou uma lei pela qual, a partir do dia 8 de outubro, portanto, na terça-feira que vem, aqueles que forem fiscalizados transportando passageiros e não tiverem a concessão dada pelo Estado poderão, além de serem multados, além da falta ser considerada gravíssima, ter os seus carros, que são os seus instrumentos de trabalho, apreendidos. É isso que tem causado extrema preocupação a esses trabalhadores, aos prefeitos e aos usuários, porque com uma lei draconiana como essa, num momento de muita crise econômica, de desemprego no país, você tem uma ameaça para mães e para pais de família, que devem sempre sair de casa, pegar a chave do seu veículo e ter a garantia de que, no final da tarde, chegará em sua residência com as férias adquirida do seu trabalho para poder sustentar os que estão dependendo dele.

Então essa audiência pública foi para tratar da regulamentação do transporte na iminência da vigência dessa lei federal, e nós avançamos bastante. Eu quero, aqui, agradecer a presença dos nossos colegas deputados estaduais, mais de 20 deputados participaram, falaram, presenciaram a audiência pública, agradecer à UPB, na pessoa do presidente Eures Ribeiro, prefeito de Bom Jesus da Lapa, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Rodoviária Estadual, à Abentro, que representa as empresas de transporte, também à Agerba, que esteve presente, à União dos Vereadores da Bahia, representada, às diversas entidades do segmento dos transportadores, ao deputado federal Zé Neto e ao deputado federal Pastor Sargento Isidório, também presente.

Nós criamos um grupo de trabalho, hoje à tarde iremos nos reunir com o presidente Nelson Leal para ver quais são as iniciativas legislativas desta Casa e vamos nos reunir também, nos encontrar, com o Ministério Público, que não pôde estar presente. Dr.^a Rita Tourinho, a promotora responsável pelo caso. Ela explicou o motivo da sua ausência, mas ela está empenhada para que numa mesa com diálogo, com discussão, com negociação a gente encontre uma saída.

Todos querem a regulamentação do transporte complementar. É uma medida necessária e urgente para dar segurança àquele que transporta a vida das pessoas, que

transporta riqueza, que garante, muitas vezes, o funcionamento dos serviços públicos de saúde, de educação intermunicipal, levando todos os usuários no seu dia a dia.

Então, é para garantir os direitos desses trabalhadores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que nós fizemos essa audiência pública e é para dar sequência e materializar a regulamentação que nós vamos até o fim nessa luta, com a participação desta Casa, de todos os deputados, com a participação...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) de todos os integrantes do segmento para que a gente tenha o transporte complementar na Bahia regulamentado e esses profissionais possam trabalhar com segurança.

Muito obrigado, presidenta Maria del Carmen.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Tendo em vista o acordo entre as lideranças desta Casa, a Liderança da Maioria e a Liderança da Minoria, deputado Rosemberg e deputado Targino Machado, transformo esta sessão ordinária em especial, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 23.488/2019, PPA, com a presença do secretário de Planejamento, o Dr. Walter Pinheiro.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.